

ANEXO I - APÊNDICE 1.
CONFORME ART.62 DA NLLC

1.1.HABILITAÇÃO.

- 1.1.1. Deverá conter obrigatoriamente, os seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados em cópias devidamente autenticadas por Cartório Competente e ou apresentadas juntamente com os respectivos originais:

1.2. JURIDICA.

- 1.2.1. CONTRATO SOCIAL, estatuto ou ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades comerciais ou empresas individuais, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade civil; no caso de sociedade por ações, esta documentação deverá estar acompanhada de documentos de eleição de seus atuais administradores, bem como todas as suas alterações;
- 1.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

1.3.FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

- 1.3.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA - prova de regularidade com a Fazenda Nacional e Receita Federal, com prazo de validade em vigor;
- 1.3.2. CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA ESTADUAL - prova de regularidade com a Fazenda Estadual, com prazo de validade em vigor;
- 1.3.3. Para as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).
- 1.3.4. Prova de inscrição Municipal e ou Estadual; (se houver)
- 1.3.5. CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA MUNICIPAL - prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a débitos mobiliários e imobiliários, com prazo de validade em vigor;
- 1.3.6. CERTIFICADO DE REGULARIDADE FGTS - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com prazo de validade em vigor;
- 1.3.7. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - prova de regularidade;

1.4.ECONOMICO-FINANCEIRA.

- 1.4.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, no prazo máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento, ou "apresentação do Plano de Recuperação

homologado pelo judiciário em pleno vigor, nos termos da Súmula TCESP nº 501.

- 1.4.1.1. Apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial de cada exercício uma declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos financeiros previstos em edital. (Art. 69 § 1º)
- 1.4.1.2. A declaração para ser aceita terá que constar o Nome do mesmo profissional que assinou o balanço com o respectivo número de CRC.
 - 1.4.1.2.1. A declaração de que trata o item supra não é apenas o DRE, é uma declaração constituída dos cálculos com os resultados de cada índice, para facilitar a compreensão e o julgamento da comissão de contratações.

1. DECLARAÇÕES:

- a. ANEXO III – DECLARAÇÕES CONSOLIDADAS
- b. ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS

2. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

- 2.1. Físico - Protocolar a proposta e a documentação em um único envelope no Balcão da Prefeitura no Paço Municipal.
- 2.2. Eletrônico: Enviar a Proposta e a documentação por e-mail : licitacao@florinea.sp.gov.br.

¹ **Súmula 50:** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.